

## Estudo Técnico Preliminar

### 1. INTRODUÇÃO

De acordo com a previsão contida no inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, o Estudo Técnico Preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

### 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços comunitários de saúde mental do Ministério da Saúde que oferecem atendimento aberto, focados em situações de sofrimento psíquico intenso e reabilitação psicossocial, incluindo casos relacionados ao uso prejudicial de álcool e drogas. O município de Tarumã possui um CAPS I, que atende pessoas de todas as idades com transtornos mentais graves, buscando sua reintegração social e familiar, promoção da autonomia e acesso a direitos civis, trabalho e lazer.

Esses serviços substituem internações psiquiátricas tradicionais, sendo parte fundamental da reforma psiquiátrica estabelecida pela Lei 10.216/2001. O funcionamento eficaz dos CAPS depende de uma equipe multiprofissional, com destaque para a necessidade de médicos psiquiatras, essenciais no tratamento especializado dos usuários.

### 3. ÁREA REQUISITANTE:

Área requisitante	Responsável
Secretaria Municipal da Saúde	Úrsula Santana Do Nascimento

### 4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Alinhamento com o Plano de Contratações Anual:

1302 – Serviços médicos hospitalares diversos

<https://pncp.gov.br/app/pca/64614449000122/2025/6>



## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Manter sempre atualizados os prontuários médicos dos pacientes.

Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, sem prejuízo da qualidade na prestação dos serviços.

Disponibilizar agenda de atendimento conforme os dias e horários de funcionamento do CAPS, com carga horária mínima de 24 horas semanais.

Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos dirigidos a pacientes psiquiátricos/neuropsiquiátricos (crianças, adolescentes e adultos) e seus familiares, utilizando técnicas e métodos de exame e tratamento psicológico e neuropsicológico, visando propiciar condições de escuta e inclusão do enfoque psicológico.

Realizar atendimentos individuais e em grupo, visitas domiciliares, atividades comunitárias e sessões clínicas; implementar ações de promoção da saúde; efetuar perícias; desempenhar atividades de assistência, promoção, recuperação da saúde e habilitação social de forma interdisciplinar; prestar assistência em saúde mental.

Proporcionar tratamento que preserve e fortaleça os laços familiares.

Elaborar o Plano Terapêutico Individual (PTI); realizar o acolhimento dos pacientes; ser responsável técnico pela prescrição de medicamentos; adotar postura ética diante da equipe e dos pacientes do CAPS.

Realizar reuniões com grupos terapêuticos.

Participar de reuniões com a equipe de Saúde Mental e com equipes de outras esferas da Saúde.

Atuar junto à equipe multiprofissional na elaboração de diagnósticos e em atividades de prevenção e promoção da saúde.

Realizar grupos terapêuticos para tratamento do tabagismo.

Em casos de surtos de pacientes do CAPS internados no Pronto Atendimento 24 horas do município, poderá ser solicitado para realizar a avaliação necessária.

Realizar matriciamento nos PSFs (Programa Saúde da Família) para contra-referência.

O prestador médico designado deverá possuir diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Medicina, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), bem como certificado ou diploma de conclusão de Residência Médica ou especialização em Psiquiatria, acompanhado do Registro de Qualificação de Especialista (RQE) correspondente.



## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO

Item	Descrição	Unid	Qtde
1	SERVIÇO DE MÉDICO PSIQUIATRA	Horas	1536

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

a) **Contratação de profissional por meio de licitação convencional (Pregão):** Esta Administração entende como inviável, neste momento, a contratação exclusiva de um único profissional para a prestação do serviço, considerando os riscos envolvidos. Entre eles, destaca-se a possibilidade de contratar um profissional inadequado e a dificuldade em caso de descumprimento contratual. Ademais, a fase de lances no pregão frequentemente leva à redução excessiva dos valores ofertados, o que compromete a sustentabilidade do contrato a longo prazo. Tal situação é especialmente prejudicial à Administração, dado que a natureza do serviço exige a formação de um vínculo contínuo e de confiança com as usuárias.

b) **Contratação de profissionais por meio de credenciamento:** O credenciamento possibilita a contratação de múltiplos profissionais, solucionando os riscos apontados anteriormente. Além disso, as usuárias poderão optar por outro profissional caso não se sintam confortáveis com o inicialmente indicado. Em relação ao preço, é possível estabelecer um valor único e justo, evitando a defasagem. Ademais, com a atuação simultânea de vários profissionais, será possível atender um número maior de munícipes. Quanto às férias, como não há previsão contratual para tal, o credenciamento permite a designação de outro profissional para a cobertura, garantindo a continuidade do atendimento.

c) **Assinatura de convênios e parcerias:** A solução não assegura vagas para os usuários, o que dificulta a gestão. Além disso, na maioria das vezes, a prefeitura precisará disponibilizar transporte ou os usuários terão que se deslocar a outros municípios por conta própria para receber atendimento.

d) **Contratação de profissional por meio de concurso público:** A contratação por concurso público é inviável, pois geraria vínculo fixo com apenas um profissional, dificultando a substituição em caso de inadequação e limitando a escolha dos usuários. Também haveria problemas para manter a continuidade do atendimento em períodos de férias ou afastamentos e restrição na capacidade de atendimento. Além disso, o concurso implica custos elevados e menos flexibilidade, o que não atende à necessidade atual de agilidade e diversidade de profissionais.

Com base na argumentação, a solução mais viável é a Contratação de profissionais por meio de credenciamento.



## 8. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se, provisoriamente, o valor de **R\$ 180,00 (cento e oitenta reais)** por consulta com base no contrato firmado no exercício de 2024, com valor total de **R\$ 276.480,00 (duzentos e setenta e seis mil quatrocentos e oitenta reais)**.

## 9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação por meio de INEXIGIBILIDADE, com o uso do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, possibilita a contratação de diversos profissionais de maneira padronizada, com a garantia de valores justos de mercado. Esse processo contribui para uma maior agilidade nos atendimentos, proporcionando maior flexibilidade e eficiência na execução dos serviços.

Além disso, o contrato estabelecerá o reajuste anual dos valores, assegurando a devida atualização dos preços, em conformidade com os índices econômicos vigentes. Tal previsão evita distorções nos custos ao longo do tempo, prevenindo, assim, a necessidade de rescisão contratual. Com isso, visa-se garantir a manutenção da vigência do contrato por períodos mais longos, sem prejuízo para ambas as partes, promovendo uma relação contratual estável e duradoura.

## 10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a indicação de apenas 1 (um) item o procedimento será realizado de modo parcelado.

## 11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a solução adotada, esta administração busca promover um atendimento de excelência aos usuários do Sistema Único de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Tarumã. O objetivo é atender aos requisitos da Rede de Saúde Mental, cumprindo o que foi pactuado na Política Nacional de Saúde Mental e garantindo o atendimento necessário à população.

## 12. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÕES PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO NO AMBIENTE DO ÓRGÃO

A equipe de planejamento não identificou nenhuma necessidade de adequação para possibilitar a aquisição desse item.

## 13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A equipe de planejamento não identificou nenhuma necessidade de aquisição/contratação para possibilitar a entrega dos itens que se pretende licitar.



#### 14. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Não foram identificadas medidas específicas para tratar impactos ambientais relacionados a este objeto, considerando que o Município já possui um Plano de Gerenciamento de Resíduos Contaminantes, com serviços de coleta e descarte adequados.

#### 15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Diante do exposto, concluímos que o processo de INEXIGIBILIDADE, por meio de CREDENCIAMENTO, é plenamente viável e adequado para atender às necessidades desta municipalidade.

#### 16. ANEXOS

Anexo I – Contrato nº. 069/2024.

Tarumã, 28 de abril de 2025.

**ÚRSULA SANTANA DO NASCIMENTO**  
Supervisora de Programas



PMT/SMG/DL/LASS/069/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

CONTRATADA: FABIO MOLINA SERVICOS MEDICOS LTDA ME

PROCESSO Nº 091/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024

VALOR: R\$ 138.600,00

**“TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO PSIQUIATRA PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS-I), QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA FABIO MOLINA SERVICOS MEDICOS LTDA ME, NA FORMA ABAIXO:”**

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, a Senhora **ELVIRA ALICE GOZZE DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.733.162-X SSP/SP e inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 048.806.948-35, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **FABIO MOLINA SERVICOS MEDICOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob nº 40.181.194/0001-93, com sede a Alameda Ana Maia Eugenio, nº 160 – Parque Residencial Damha, no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu representante legal o Senhor **Fabio Molina Fernandes Silva**, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 45.506.626 SSP/SP, e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 432.920.448-71, residente e domiciliado a Alameda Ana Maia Eugenio, nº 160 – Parque Residencial Damha, no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância ao Pregão Eletrônico nº. 054/2024, homologado em 04 de setembro de 2024, com fulcro na Lei nº. 14.133, de 21 de abril de 2021 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO**

1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de médico psiquiatra para atendimento aos pacientes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-I)**, conforme descrição contida nos ANEXOS, Projeto Básico e Cláusulas Descritas neste termo contratual.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA**

2. Os termos deste Instrumento de Contrato se vinculam aos ditames do Edital do Processo nº 091/2024 – Pregão Eletrônica nº 054/2024, ao Termo de Referência e a Proposta da Licitante vencedora.



### **CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

3. O valor total do presente Termo de Contrato é de **R\$ 138.600,00 (cento e trinta e oito mil e seiscentos reais)**.

3.1. O pagamento será efetuado após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

3.2. O Município de Tarumã efetuará a retenção da Guia de Previdência Social – GPS (INSS) referente às faturas emitidas, para efeito de liberação do recurso.

3.3. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal ou recibo;

3.4. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

3.5. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

### **CLÁUSULA QUARTA DO REAJUSTE DE PREÇOS**

4.1. O presente contrato não sofrerá reajuste durante sua vigência.

### **CLÁUSULA QUINTA CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

6. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das Dotações Orçamentárias, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

02.08.00 - 10.302.0017.2025 - 3.3.90.39 - **784** - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - **R\$ 138.600,00**

### **CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.14. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.15. a Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

14.16. Manter sempre atualizados os prontuários médicos dos pacientes;

14.17. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário. sem prejuízo do qualidade no prestação de serviços;

14.18. Disponibilizar agenda de atendimento de acordo com os dias e horários de atendimento do Caps, com disponibilidade de no mínimo 24 horas semanais;

14.19. Diagnosticar, orientar e promover a execução de planos e programas preventivos, dirigidos a pacientes psiquiátricos/neuropsiquiátricos (crianças, adolescentes e adultos), e a seus familiares, através de técnicas e métodos de exame e tratamento psicológico e neuropsicológico, visando propiciar condições de escuta e inclusão do enfoque psicológico;

14.20. Realizar atendimento individual, grupal, visitas domiciliares, atividades comunitárias, sessões clínicas; implementar ações para promoção da saúde; efetuar perícias, desempenhar as atividades de assistência, promoção e recuperação da saúde e habilitação social de modo interdisciplinar; prestar assistência em saúde mental; 6. Proporcionar um tratamento que preserve e fortaleça os laços familiares;

14.21. Realizar a elaboração do plano terapêutico individual (PTI); realizar o acolhimento dos pacientes; ser o responsável técnico pela prescrição de medicamentos; adotar uma postura ética frente a equipe e aos pacientes do CAPS;

14.22. Realizar reunião com grupos terapêuticos;

14.23. Participar em reuniões de equipe com equipe de Saúde Mental, e de outras esferas de Saúde;

14.24. Atuar com a equipe multiprofissional na elaboração de diagnóstico e atividade de prevenção e promoção da saúde.

14.25. Realizar grupos de tabagismos. 12. Em casos de surto de pacientes de CAPS internados no Pronto Atendimento 24 Hs do município, o médico poderá ser solicitado para efetuar a avaliação necessária.

14.26. Realizar matriciamento nos PSFs de contra referência.

14.27. Demais responsabilidades se encontram especificadas no ETP – Estudo Técnico Preliminar.

### **CLÁUSULA SETIMA OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:

- a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento deste instrumento.
- b) Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma estabelecida neste instrumento e nos termos do Contrato.
- c) Fiscalizar a prestação dos serviços.
- d) Não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 137, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.



## **CLÁUSULA OITAVA DA EXTINÇÃO ANTECIPADA**

8.1. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse da Administração nas hipóteses do art. 137 com as consequências previstas no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo a decisão ser formalmente motivada, assegurando-se ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

8.2. O presente Contrato poderá ser extinto antecipadamente por interesse do contratado nas hipóteses do § 2º do art. 137 com as consequências previstas no § 2º do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. A extinção antecipada do contrato deverá observar os seguintes requisitos:

8.3.1. levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.3.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.3.3. apuração de indenizações e multas; e

8.3.4. notificação dos emitentes da garantia prevista na Cláusula Décima Primeira deste Contrato, quando cabível.

## **CLÁUSULA NOVA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **9.1. Das infrações administrativas**

9.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o Contratado que:

9.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

9.1.1.4. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato, sem motivo justificado;

9.1.1.5. apresente declaração ou documentação falsa, ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;

9.1.1.6. pratique ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.1.7. comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou

9.1.1.8. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### **9.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas**

9.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

9.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, de acordo com a dosimetria estabelecida na norma indicada no Anexo –I - Folha de Dados (CGL 25.2.2), as seguintes sanções:

9.2.2.1. advertência, para a infração prevista no subitem 18.1.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2.2. multa, nas modalidades:

11.2.2.2.1. compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos subitens 11.1.1.1. a 11.1.1.8;

11.2.2.2.2. moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.2.2.3. moratória, pela não obtenção do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade dentro do prazo referido na Cláusula 16.49.2, de até 0,02% (dois centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento).

9.2.2.3. impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 11.1.1.2. a 11.1.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 11.1.1.5. a 11.1.1.8.

### **9.3. Da Aplicação das Sanções**

9.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.3.2. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

9.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

9.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

18.3.4 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30, nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de

1940 (Código Penal), ou na Lei estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, em especial seu art.

9.3.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

9.3.8. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – SP.

### **CLÁUSULA DÉCIMA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

12.1 A vigência do termo de contrato será até **31/12/2024** a contar da assinatura do termo de contrato, podendo ser renovado por outros períodos até o limite previsto art. 107 da Lei nº 14.133/21.

12.2. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO COMPETENTE**

11. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº. 14.133/21 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, 04 de setembro de 2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**  
**ELVIRA ALICE GOZZE DA SILVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL**  
**Contratante**

**FABIO MOLINA SERVICOS MEDICOS LTDA ME**  
**FABIO MOLINA FERNANDES SILVA**  
**RG nº. 45.506.626 SSP/SP**  
**Contratada**

#### **Gestor do Contrato**

1. \_\_\_\_\_  
Aracelli Eduarda de Souza Bento  
RG nº 42.023.546-2 SSP/SP

#### **Fiscal do Contrato**

2. \_\_\_\_\_  
Lucilena Pereira Santos  
RG nº 27.084.488-0 SSP/SP

## ANEXO I – PLANILHA ADJUDICATÓRIA

Processo Licitatório nº. 091/2024 – Pregão Eletrônico nº. 054/2024

**Objeto: Contratação de médico psiquiatra para atendimento aos pacientes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-I).**

Item do Lote	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	770	H	SERVIÇO DE MÉDICO PSIQUIATRA	R\$ 180,00	R\$ 138.600,00

## ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA



## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**

**CONTRATADA: FABIO MOLINA SERVICOS MEDICOS LTDA ME**

**CONTRATO Nº. 069/2024**

**OBJETO CONTRATAÇÃO DE MÉDICO PSQUIATRA PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS-I).**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, 04 de setembro de 2024.

### AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Oscar Gozzi

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 403.647.128-72

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: Elvira Alice Gozze da Silva

Cargo: Secretário Municipal

CPF: 048.806.948-35

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo CONTRATANTE:**

Nome: Elvira Alice Gozze da Silva

Cargo: Secretário Municipal

CPF: 048.806.948-35

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA:**

Nome: Fabio Molina Fernandes Silva

Cargo: Representante Legal

CPF: 432.920.448-71

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Elvira Alice Gozze da Silva

Cargo: Secretário Municipal

CPF: 048.806.948-35

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR DO CONTRATO:**

Nome: Aracelli Eduarda de Souza Bento

Cargo: Supervisor de Programas

CPF: 362.711.968-10

Assinatura: \_\_\_\_\_

**FISCAL DO CONTRATO:**

Nome: Lucilena Pereira Santos

Cargo: Supervisor de Programas

CPF: 204.530.488-46

Assinatura: \_\_\_\_\_